

Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros**Iniciativa:****Ementa:**

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Explicação da Ementa:

Altera o Código Civil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Processo Civil para não vincular automaticamente a condição de pessoa com deficiência a qualquer presunção de incapacidade, mas garantindo que qualquer pessoa com ou sem deficiência tenha o apoio de que necessite para os atos da vida civil.

Assunto: Política Social - Proteção Social**Data de Leitura:** 01/12/2015**Tramitação encerrada****Decisão:** Aprovada por Comissão em decisão**Último local:** -**Destino:** À Câmara dos Deputados**Último estado:** 29/11/2018 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Despacho:****01/12/2015 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**

Senadora Lídice da Mata (encerrado em 06/06/2018 - Deliberação da matéria)

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**Relator(es):**

Senador Telmário Mota (encerrado em 08/06/2016 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO**29/11/2018** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Ação:** À COARQ.**29/11/2018** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Situação:** REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Ação:** Remetido Ofício SF nº 1271, de 28/11/2018, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 161 a 169).

Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015

TRAMITAÇÃO

26/11/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 153 a 160).

26/11/2018 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: APROVADA

Ação: A Presidência infirma que a CCJ promoveu a adequação redacional no texto final do Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015. Não tendo havido recurso para apreciação pelo Plenário, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 54-63 - DSF nº 142

23/11/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

22/11/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Juntado texto final revistado (fls. nºs 143 a 151).

21/11/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À Coordenação de Redação Legislativa, para juntada do texto final.

21/11/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

21/11/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 35ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é incluída como Item Extrapauta nº 30.

A Comissão aprova o Relatório da Senadora Lídice da Mata, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável às adequações redacionais e de técnica legislativa, na forma do texto consolidado que apresenta.

Publicado no DSF Páginas 305-319 - DSF nº 139

20/11/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 16h45 o relatório da Senadora Lídice da Mata, com voto pela aprovação das adequações redacionais e de técnica legislativa, na forma do texto consolidado que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

03/09/2018 SF-SACCI - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: À relatora, Senadora Lídice da Mata, para análise das adequações propostas.

TRAMITAÇÃO

10/07/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Juntado, às fls. 119-129, texto final revisado. Encaminhado à CCJ para exame das adequações propostas, nos termos da fala de Plenário de 4 de julho de 2018 (fl. 118).

10/07/2018 SF-CORELE - Coordenação de Redação Legislativa

Ação: À SLSF.

04/07/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À Coordenação de Redação Legislativa.

04/07/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Término do prazo, em 03/07/2018, para interposição de recurso no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário. Não foi apresentado recurso. A Presidência comunica que na revisão do texto final foi constatada a necessidade de adequações e ajustes de técnica legislativa, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998. À CCJ, para exame das adequações propostas na forma do texto sugerido, e posterior envio à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 114 - DSF nº 100

04/07/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para interposição de recurso.

04/07/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À SLSF para leitura em Plenário.

28/06/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Juntados ao processo, Memo. 045/2018-GSLFAR, encaminhado pelo Senador Lindbergh Farias e Ofício nº 051/2017, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD. (Fls. 105/117).

28/06/2018 SF-CORELE - Coordenação de Redação Legislativa

Ação: Para juntar o documento 00100.083023/2018-51 ao processado.

27/06/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À Corele para revisão do texto final.

25/06/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício nº 102, de 2018, da CCJ, comunicando a apreciação do substitutivo, em caráter terminativo. Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos

Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015

TRAMITAÇÃO

membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

Publicado no DSF Páginas 18-19 - DSF nº 93

25/06/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 27/06/2018 a 03/07/2018. Perante a Mesa.

25/06/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação da conclusão da instrução da matéria e abertura de prazo para recurso.

21/06/2018 SF-SACCI - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido à SLSF.

20/06/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação da conclusão da instrução da matéria e abertura de prazo para recurso.
***** Retificado em 21/06/2018*****
Encaminhado à CCJ.

20/06/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

20/06/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 22ª Reunião Ordinária realizada nesta data, a Comissão adota definitivamente, em Turno Suplementar, o Substitutivo oferecido ao PLS nº 757, de 2015, relatado pela Senadora Lídice da Mata (art. 284 do RISF).

Anexei o Texto Final do Substitutivo à matéria.

Anexei o Ofício nº 102/2018-PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, no Turno Suplementar, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, nos termos do art. 91 e 92 do RISF.(fl. 106).

07/06/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta para apreciação em Turno Suplementar.

06/06/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas perante as Comissões durante turno suplementar (Art. 282 combinado com o art. 92 do RISF). De 06/06/2018 a 20/06/2018. Perante a CCJ.

TRAMITAÇÃO

06/06/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS**Ação:** Recebido o Ofício nº 80, de 2018, da CCJ, comunicando a aprovação de Substitutivo. Concluída a deliberação da matéria em turno único, fica aberto o prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CCJ, para oferecimento de emendas ao Substitutivo à matéria, nos termos do art. 282 do RISF.*Publicado no DSF Páginas 120-121 - DSF nº 81***06/06/2018** SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários**Ação:** Prazo: Apresentação de Emendas perante as Comissões durante turno suplementar (Art. 282 combinado com o art. 92 do RISF). A partir de 06/06/2018. Perante a/o CCJ.**06/06/2018** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Encaminhado ao Plenário.**06/06/2018** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** AGUARDANDO TURNO SUPLEMENTAR EM APRECIACÃO TERMINATIVA**Ação:** Na 19ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Substitutivo oferecido ao PLS nº 757, de 2015, relatado pela Senadora Lídice da Mata.

O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

Anexei o Ofício nº 80/2018- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão e a inclusão na Pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar (fl. 90).

*Publicado no DSF Páginas 273-298 - DSF nº 81***28/05/2018** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Matéria incluída na Pauta da Comissão.**04/05/2018** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO**Ação:** Matéria constante da Pauta da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 09/05/2018.**25/04/2018** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Recebido, às 15h20min, o Relatório reformulado da Senadora Lídice da Mata, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.**11/10/2017** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO**Ação:** Recebido, às 10h25min, o relatório da Senadora Lídice da Mata, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

TRAMITAÇÃO

22/08/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria encaminhada ao Gabinete da Relatora, Senadora Lídice da Mata.

01/07/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa relatora da matéria a Senadora Lídice da Mata.

10/06/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

09/06/2016 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Juntei o Parecer, a lista de presença e expediente do Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, autor do Projeto, que solicita a juntada ao processado de estudo realizado pelo Professor Doutor Flávio Tartuce, às fls.14 a 41. À CCJ para prosseguimento da tramitação.

08/06/2016 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 57ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do Senador Telmário Mota, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

07/06/2016 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 57ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 08/06/2016.

30/05/2016 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido Relatório do Senador Telmário Mota com voto pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

17/12/2015 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa o Senador Telmário Mota relator da matéria.
O processado da matéria legislativa permanecerá na Secretaria da Comissão durante o transcurso de sua tramitação, conforme art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 4 de 2015.

10/12/2015 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram apresentadas Emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

03/12/2015 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo para recebimento de Emendas:
Primeiro dia: 03.12.2015
Último dia: 09.12.2015

02/12/2015 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Matéria aguardando abertura de prazo para o recebimento de Emendas.

01/12/2015 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 13 (treze) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).

01/12/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.
Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 20-30

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 757/2015

Data: 01/12/2015

Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) e outros.

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Avulso inicial da matéria

Data: 01/12/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 30/05/2016**Autor:** Senador Telmário Mota (PDT/RR)**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Recebido Relatório do Senador Telmário Mota com voto pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Parecer

Data: 08/06/2016**Autor:** -**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Na 57ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do Senador Telmário Mota, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Parecer

Data: 08/06/2016**Autor:** Senador Telmário Mota (PDT/RR)**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Na 57ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do Senador Telmário Mota, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Anexo

Data: 08/06/2016**Autor:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Na 57ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do Senador Telmário Mota, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).**Descrição/Ementa:** Lista de Presença

Anexo

Data: 09/06/2016**Autor:** -**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Juntei o Parecer, a lista de presença e expediente do Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, autor do Projeto, que solicita a juntada ao processado de estudo realizado pelo Professor Doutor Flávio Tartuce, às fls.14 a 41.
À CCJ para prosseguimento da tramitação.**Descrição/Ementa:** Estudo

Relatório Legislativo

Data: 11/10/2017**Autor:** Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Recebido, às 10h25min, o relatório da Senadora Lídice da Mata, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 25/04/2018**Autor:** Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Recebido, às 15h20min, o Relatório reformulado da Senadora Lídice da Mata, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 06/06/2018**Autor:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 19ª Reunião CCJ

Listagem ou relatório

Data: 06/06/2018**Autor:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Votação Nominal da reunião da 19ª Reunião CCJ

Listagem ou relatório

Data: 06/06/2018**Autor:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Votação Nominal da reunião da 19ª Reunião CCJ

P.S 70/2018 - CCJ

Data: 06/06/2018**Autor:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 19ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Substitutivo oferecido ao PLS nº 757, de 2015, relatado pela Senadora Lídice da Mata.

O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

Anexei o Ofício nº 80/2018- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão e a inclusão na Pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar (fl. 90).

P.S 115/2018 - CDH/PLEN-SF

Data: 06/06/2018**Autor:** Plenário do Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal

Listagem ou relatório

Data: 20/06/2018

DOCUMENTOS

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 22ª Reunião CCJ

Texto final da Comissão -

Data: 20/06/2018

Autor: Senador

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Ofício

Data: 28/06/2018

Autor: Ente Jurídico

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Juntados ao processo, Memo. 045/2018-GSLFAR, encaminhado pelo Senador Lindbergh Farias e Ofício nº 051/2017, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD. (Fls. 105/117).

Descrição/Ementa: Ofício nº 051/2017, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD.

Relatório Legislativo

Data: 20/11/2018

Autor: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido às 16h45 o relatório da Senadora Lídice da Mata, com voto pela aprovação das adequações redacionais e de técnica legislativa, na forma do texto consolidado que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 21/11/2018

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

P.S 107/2018 - CCJ

Data: 21/11/2018

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 35ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é incluída como Item Extrapauta nº 30.

A Comissão aprova o Relatório da Senadora Lídice da Mata, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável às adequações redacionais e de técnica legislativa, na forma do texto consolidado que apresenta.

Texto final revisado - Projeto

Data: 22/11/2018

Autor: Senador

Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015

DOCUMENTOS

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Juntado texto final revistado (fls. nºs 143 a 151).

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

OFSF 1271/2018

Data: 29/11/2018

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 1271, de 28/11/2018, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 161 a 169).

Descrição/Ementa: Encaminha à revisão da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2018.

Autógrafo - PLS 757/2015

Data: 29/11/2018

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 1271, de 28/11/2018, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 161 a 169).

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.